

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	53
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	54
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	57
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	35.001
Preferenciais	0
Total	35.001
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
1	Ativo Total	235.640	204.716	114.097
1.01	Ativo Circulante	15.268	45.665	8.254
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.117	41.535	6.810
1.01.03	Contas a Receber	3.055	1.947	64
1.01.03.01	Clientes	2.954	1.947	64
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	101	0	0
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	101	0	0
1.01.04	Estoques	495	744	672
1.01.06	Tributos a Recuperar	49	578	191
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49	578	191
1.01.07	Despesas Antecipadas	208	163	162
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	344	698	355
1.01.08.03	Outros	344	698	355
1.02	Ativo Não Circulante	220.372	159.051	105.843
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.009	489	97
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.003	489	97
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.003	489	97
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6	0	0
1.02.01.07.01	Depósitos judiciais	6	0	0
1.02.03	Imobilizado	854	782	667
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	854	782	667
1.02.04	Intangível	204.109	141.597	87.258
1.02.04.01	Intangíveis	204.109	141.597	87.258
1.02.05	Diferido	14.400	16.183	17.821

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2	Passivo Total	235.640	204.716	114.097
2.01	Passivo Circulante	128.520	17.878	23.628
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.888	1.542	634
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.888	1.542	634
2.01.02	Fornecedores	8.107	5.956	17.298
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.107	5.956	17.298
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.747	4.379	14.614
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	2.360	1.577	2.684
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.352	1.434	1.149
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	731	978	734
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	621	456	415
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.703	1.502	81
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	98.703	1.502	81
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	98.703	1.502	81
2.01.05	Outras Obrigações	18.470	7.169	2.500
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.677	6.620	1.905
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.028	836	820
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	14.649	5.784	1.085
2.01.05.02	Outros	2.793	549	595
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	322	0	0
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	173	166	153
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.298	383	442
2.01.06	Provisões	0	275	1.966
2.01.06.02	Outras Provisões	0	275	1.966
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	0	275	1.966
2.02	Passivo Não Circulante	71.086	163.121	65.710
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	935	96.752	393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	935	96.752	393
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	935	96.752	393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009
2.02.02	Outras Obrigações	60.000	60.000	61.071
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	60.000	60.000	61.071
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	60.000	60.000	61.071
2.02.04	Provisões	10.151	6.369	4.246
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	239	68	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	117	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122	68	0
2.02.04.02	Outras Provisões	9.912	6.301	4.246
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	5.518	2.115	0
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	4.394	4.186	4.246
2.03	Patrimônio Líquido	36.034	23.717	24.759
2.03.01	Capital Social Realizado	35.001	25.001	25.001
2.03.04	Reservas de Lucros	1.033	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	68	0	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	965	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-1.284	-242

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	136.370	110.812	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.741	-94.457	0
3.03	Resultado Bruto	25.629	16.355	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.076	-6.184	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.076	-6.184	0
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.489	-5.665	0
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-587	-519	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.553	10.171	0
3.06	Resultado Financeiro	-14.468	-11.308	0
3.06.01	Receitas Financeiras	2.126	2.234	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.594	-13.542	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.085	-1.137	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.446	95	0
3.08.01	Corrente	-1.957	-297	0
3.08.02	Diferido	511	392	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.639	-1.042	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.639	-1.042	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07540	-0,04168	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,07540	-0,41680	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	2.639	-1.042	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.639	-1.042	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.267	13.317	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.414	20.526	0
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do exercício)	2.639	-1.042	0
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	6.651	4.532	0
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	39	2.622	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-514	-392	0
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	11.636	5.129	0
6.01.01.07	Despesas de juros, liquidas das receitas	8.164	7.209	0
6.01.01.08	Resultado de reversão de ajuste a valor presente	407	352	0
6.01.01.09	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	188	68	0
6.01.01.10	Provisão para manutenção em rodovia	3.204	2.048	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.147	-7.209	0
6.01.02.01	Contas a receber	-1.007	-1.883	0
6.01.02.02	Estoques	-44	-72	0
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-45	-1.477	0
6.01.02.04	Impostos a recuperar	529	-387	0
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	-101	0	0
6.01.02.06	Fornecedores	367	-7.734	0
6.01.02.07	Transações com partes relacionadas	-5.119	3.037	0
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	358	908	0
6.01.02.09	Obrigações fiscais	-243	438	0
6.01.02.10	Cauções contratuais	-39	8	0
6.01.02.11	Pagamento de riscos cíveis e trabalhistas	-20	0	0
6.01.02.12	Outros passivos	1.985	-47	0
6.01.02.13	Juros pagos	-8.768	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-60.746	-65.412	0
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-247	-394	0
6.02.02	Adições ao intangível	-60.499	-65.018	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.061	86.820	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
6.03.01	Captações	1.856	232.244	0
6.03.02	Pagamentos	-758	-141.745	0
6.03.03	Aumento de capital	10.000	0	0
6.03.04	Pagamento de mútuo	-1.037	-3.679	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.418	34.725	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.535	6.810	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.117	41.535	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.001	0	0	-1.284	0	23.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.001	0	0	-1.284	0	23.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.000	0	0	-322	0	9.678
5.04.01	Aumentos de Capital	10.000	0	0	0	0	10.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322	0	-322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.639	0	2.639
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.639	0	2.639
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.033	-1.033	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	68	-68	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	965	-965	0	0
5.07	Saldos Finais	35.001	0	1.033	0	0	36.034

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.001	0	0	-242	0	24.759
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.001	0	0	-242	0	24.759
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.042	0	-1.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-326	0	-326
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-716	0	-716
5.05.03.02	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	-716	0	-716
5.07	Saldos Finais	25.001	0	0	-1.284	0	23.717

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 01/01/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04	Transações de Capital com os Sócios	25.000	0	0	0	0	25.000
5.04.01	Aumentos de Capital	25.000	0	0	0	0	25.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-242	0	-242
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45	0	-45
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	-197	0	-197
5.05.03.02	Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	0	0	0	-197	0	-197
5.07	Saldos Finais	25.001	0	0	-242	0	24.759

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.01	Receitas	143.983	116.371	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	143.983	116.371	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.762	-88.189	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-69.584	-57.565	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.235	-27.504	0
7.02.04	Outros	-5.943	-3.120	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.221	28.182	0
7.04	Retenções	-6.651	-4.532	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.651	-4.532	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.570	23.650	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.272	4.608	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.124	2.233	0
7.06.03	Outros	1.148	2.375	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.842	28.258	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.842	28.258	0
7.08.01	Pessoal	7.006	6.493	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.789	5.389	0
7.08.01.02	Benefícios	917	798	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	300	306	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.243	6.205	0
7.08.02.01	Federais	5.411	3.267	0
7.08.02.03	Municipais	3.832	2.938	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.031	10.173	0
7.08.03.01	Juros	8.166	6.845	0
7.08.03.02	Aluguéis	215	759	0
7.08.03.03	Outras	2.650	2.569	0
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	415	352	0
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	629	1.021	0
7.08.03.03.03	Outras	1.606	1.196	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 01/01/2009
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.639	-1.042	0
7.08.04.02	Dividendos	322	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.317	-1.042	0
7.08.05	Outros	6.923	6.429	0
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	6.404	5.075	0
7.08.05.02	Juros capitalizados	519	1.354	0

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S/A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Autopista Planalto Sul S.A., foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 002/2007 tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba – PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Autopista Planalto Sul S.A. uma das nove concessionárias do Grupo OHL, é a responsável, para administrar e conservar a rodovia BR 116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão e prevê investimentos na ordem de R\$ 1,9 bilhão incluindo a operação da rodovia.

O trecho administrado

A Planalto Sul administra 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116. Esse trecho corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro no Estado do Paraná, e Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no Estado de Santa Catarina. O trecho administrado pela Planalto Sul é a principal ligação da região sudeste com o interior dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego são mais altos nas proximidades das grandes cidades, apresentando perto de Curitiba, tráfego médio diário superior a 11 mil veículos. O tráfego atual é composto por um expressivo volume de caminhões, que representam cerca de 43% do movimento total da rodovia.

Passados 3 anos desde o início da concessão, vários investimentos foram implementados, principalmente em melhorias da Rodovia, tais como recuperação do pavimento, alargamento de pontes, sinalização, etc. elevando a qualidade da pista proporcionando melhor nível de serviço.

Operação da Rodovia

O atendimento aos usuários da rodovia conta com serviços de socorro médico e mecânico, resgate de animais na pista, caminhão de combate a incêndio, inspeção de tráfego e telefone 0800 para solicitar atendimento 24 horas por dia.

São, ao todo, 11 ambulâncias, 10 guinchos, 01 caminhão de combate a incêndio, 01 carro para apreensão de animais, 02 caminhões de apoio operacional, e 05 viaturas para inspeção de tráfego. A Autopista Planalto Sul opera cinco praças de pedágio, todas bi-direcionais (dois sentidos), localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão. As tarifas cobradas são estabelecidas no Contrato de Concessão. São reajustadas todo mês de dezembro de acordo com a variação do índice IPCA acumulado de 12 meses, e outros fatores de reequilíbrio contratual. Em dezembro de 2009 a tarifa passou de R\$2,70 para R\$2,90 e em dezembro de 2010 para R\$ 3,10. As tarifas médias praticadas no ano de 2010 foram as seguintes:

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

Nome da Praça	Localização	Tarifa
Fazenda Rio grande	BR 116 Km 134+400 PR	R\$ 2,90
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	R\$ 2,90
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	R\$ 2,90
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	R\$ 2,90
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	R\$ 2,90

CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autopista Planalto Sul S/A é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

No ano de 2010, a Autopista Planalto Sul S.A. apresentou tráfego 18,8% acima do registrado no ano de 2009. Esse aumento é reflexo do bom momento da economia em 2010 que resultou no crescimento do PIB em 7,5%, e pela operação de todas as 5 praças todo ano de 2010. No início de 2009 havia somente a Praça de Correia Pinto em operação, as demais praças iniciaram suas

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

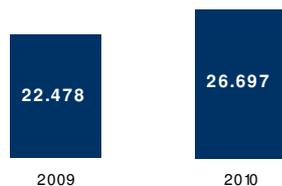


Autopista Planalto Sul

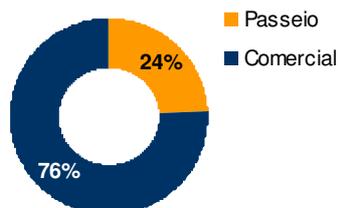
Grupo OHL

operações no decorrer do primeiro trimestre, onde a praça de Santa Cecília iniciou em janeiro/09, Monte Castelo, Rio Negro e Fazenda Rio Grande no mês de fevereiro/09.

Tráfego Pedagiado
Milhares de Veículos Equivalentes



Composição do Tráfego – 2010
Veículos Equivalentes



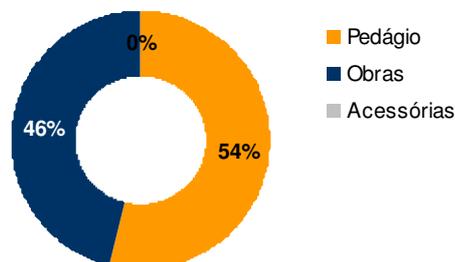
Receita

A receita bruta variou positivamente 24,2% em relação a 2009 em razão do aumento do tráfego pedagiado conforme mencionado anteriormente, e do reajuste da tarifa ocorrido em dezembro de 2009.

Receita Bruta
R\$ milhares



Composição da Receita Bruta (%) – 2010



As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Em 2010 a Autopista Planalto Sul reconheceu Receitas de Obras de R\$66,3 milhões apresentando um acréscimo de R\$11,2 milhões em relação a 2009.

A Autopista Planalto Sul S.A. obteve uma Receita Líquida de R\$136,3 milhões no ano de 2010, equivalente a 23,1% de acréscimo sobre 2009 reflexo do aumento da tarifa e do tráfego conforme mencionado anteriormente.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

Custos e Despesas (excluindo depreciações e amortizações)

R\$ milhares	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	38.310	35.383	8,3%
Custo dos serviços de construção	66.380	55.117	20,4%
Despesas administrativas	5.889	5.090	15,7%
Despesas tributárias			-
Remuneração da administração	587	519	13,1%
Outras receitas operacionais líquidas			-
Custo e despesas	111.166	96.109	15,7%

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciações e amortizações) tiveram elevação de 15,7% em relação a 2009 em função de;

- (i) Variação de R\$3 milhões se justifica pela adequação da estrutura com o início da operação de duas balanças de pesagem fixa, complementação da equipe de atendimento ao usuário nas bases operacionais, reajuste salarial em razão do dissídio trabalhista da categoria, maior custo com operação das praças que operaram todo ano de 2010 o que não ocorreu em 2009, reajustes contratuais dos principais prestadores de serviços, aumento da provisão de manutenção em R\$ 1,1 milhão registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC01.
- (ii) Acréscimo nos custos de Serviços de Construção de R\$11,2 milhões em razão do aumento do nível de execução de investimentos em intangível na Concessão.
- (iii) Aumento de R\$ 0,8 milhões nos demais custos e despesas devido a reajustes de salários (dissídio coletivo), bem como aumento de tarifas de serviços públicos e reajustes de contratos administrativos.

Cabe destacar que com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade (ICPC-01), a Autopista Planalto Sul passou a provisionar os custos com manutenção e conservação que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias. O custo dos serviços de construção, também registrado em função da adoção do ICPC 01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA

R\$ milhares	2010	2009	Var.
Receita líquida	136.370	110.812	23,1%
(-) Custos e despesas	(111.166)	(96.109)	15,7%
EBITDA	25.204	14.703	71,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.204	2.047	56,5%
EBITDA Ajustado	28.408	16.750	69,6%

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Autopista Planalto Sul entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

rodovia, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA ajustado elimina os efeitos da adoção do ICPC01, e no ano de 2010 apresentou acréscimo de 69,6% em relação a 2009 impactado principalmente pelo maior tráfego pedagiado.

O EBITDA apresentado considera os efeitos dos ajustes promovidos pelo ICPC01. Porém esse efeito não tem reflexo no fluxo de caixa.

Resultado Financeiro

R\$ milhares	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	2.125	2.234	-4,9%
Despesas Financeiras	(16.594)	(13.542)	22,5%
Resultado Financeiro Líquido	(14.469)	(11.308)	28,0%

No ano de 2010 incorremos em uma despesa financeira maior devido a captações de empréstimos para fazer frente aos investimentos previstos para o ano. Nessas despesas estão incluídos juros sobre mútuos indexados a variação do CDI, Finames indexados a TJLP, e empréstimo ponte BNDES que antecede a aprovação de empréstimo de longo prazo indexado a TJLP mais juros.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Autopista Planalto Sul no ano de 2010 foi de R\$2,6 milhões ante prejuízo de R\$-1 milhão em 2009. A melhora no lucro líquido se dá em face ao maior tráfego pedagiado em 2010 e de todas as praças operarem o ano todo no exercício atual.



Endividamento

A Autopista Planalto Sul encerrou o ano de 2010 com um endividamento de R\$ 99,6 milhões contra R\$ 98,2 milhões do ano de 2009. Durante o ano de 2010 obtivemos a liberação de R\$ 1,8 milhões do Empréstimo Ponte contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2010 em R\$ 88,5 milhões, apresentando um aumento de R\$ 31,8 milhões em relação ao volume de R\$ 56,7 milhões registrado no encerramento do exercício de 2009. O acréscimo é devido principalmente a resgates de aplicações financeiras para fazer frente aos investimentos executados durante o ano de 2010.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 2010, a Autopista Planalto Sul não pagou dividendos e juros sobre capital próprio.

INVESTIMENTOS

No ano de 2010 foram investidos R\$ 60,7 milhões (86,71 %) de um total aproximado de R\$ 70 milhões previstos.

Os principais investimentos no ano foram na Recuperação Geral da Rodovia com destaque para:

- (i) Pavimento R\$ 30,7 milhões;
- (ii) Elementos de proteção e segurança R\$ 7 milhões;
- (iii) Terraplenos R\$ 4,4 milhões;
- (iv) Recuperação de estruturas de contenção R\$ 4,4 milhões;
- (v) Reforço e alargamento de pontes R\$ 4,3 milhões;
- (vi) Recuperação e melhoria do sistema de drenagem R\$ 2,6 milhões;
- (vii) Regularização e melhoria de acessos R\$ 2,3 milhões;
- (viii) Projetos e gerenciamento de obras R\$ 2,2 milhões;
- (ix) Sistema de iluminação da rodovia R\$ 1,6 milhão;
- (x) Início da implantação de passarelas R\$ 648 mil;
- (xi) Complementação de obras em praças de pedágio e bases operacionais e sistema de pesagem R\$ 552 mil.

Conforme determina novas regras contábeis com base no ICPC-01, foram feitos ajustes de imobilizado para o intangível, ficando o saldo do intangível em R\$ 204 milhões em 2010, ante a R\$ 142 milhões em 2009. O imobilizado fechou o ano com R\$ 854 mil. As fontes de recursos para tais investimentos foram captados em sua maioria de linhas de crédito do BNDES (Finames e Empréstimo Ponte) e recursos próprios.

A concessionária possui um cronograma de investimentos pré-determinado no contrato de concessão onde se contempla fases distintas entre o início da operação (trabalhos iniciais), recuperação da rodovia, e melhorias. Essas fases estão previstas em anos específicos se concentrando crescentemente nos primeiros cinco anos da concessão.

Para o ano de 2011 estão previstas a continuidade da implantação de passarelas, início da duplicação de 25,4 Km entre os municípios de Curitiba – PR e Mandirituba – PR juntamente com a implantação de trevos em desnível.

Os investimentos previstos para os 25 anos de concessão somam R\$ 1,9 bilhão incluindo a operação da rodovia, dentre os quais destacamos:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A estratégia de recursos humanos da empresa está diretamente ligada à estratégia global da OHL Brasil, que tem como princípio básico o desenvolvimento humano e profissional de seus

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

empregados, pautada pela busca permanente do diálogo, visando proporcionar segurança, estabilidade, qualidade de vida e oportunidades de crescimento.

Todos os nossos processos de recursos humanos e contratos de trabalho dos empregados e parceiros seguem rigorosamente a legislação pertinente. Além disso, nos comprometemos em nossos Valores Filosóficos, com a construção e o cultivo da ética em nossas relações, o estímulo ao profissionalismo, lealdade e confiabilidade, buscando sempre inovação no nosso dia-a-dia.

Em 2010, nosso quadro de empregados se manteve estável se comparado ao ano anterior, equivalente a 152 empregados. A empresa implantou um programa de Trainee de busca e atração de profissionais no mercado, além de adotar medidas internas para conhecimento, levantamentos de necessidades e valorização dos efetivos com adequação da estrutura da empresa.

Estamos atentos também ao controle do índice de rotatividade, que reduziu de 1,89 em 2009 para 1,55 em 2010, e ainda é considerado bastante aceitável, pois refletiu o momento de implantação da operação, com o trabalho de busca e atração de profissionais e a conseqüente adequação da estrutura da empresa.

Temos como prática estabelecida oferecer a formação técnica para o exercício das funções e apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos empregados. Foram investidas 1046 horas de treinamento total, que contabiliza 7 horas per capita.

A Autopista Planalto Sul oferece um pacote de remuneração atraente, incluindo participação nos resultados (PPR) e alinhado as práticas de mercado, o que contribui para a atração e retenção dos profissionais. O salário mínimo praticado foi 29% superior em relação ao salário mínimo do país.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Planalto Sul S.A. estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

Programa “Viva Meio Ambiente” - criado em 2009, abrangendo 4.592 alunos e 278 professores e educadores de 12 escolas públicas, em 09 municípios situados ao longo da rodovia que administra.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações para a promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da OHL.

Os educadores participam de dinâmicas de grupo alusivas ao meio ambiente e recebem todo o material pedagógico a ser distribuído a alunos, professores e escolas do projeto, na forma de kits, livros e gibis educativos.

Outras ações que acontecem dentro da responsabilidade social são as campanhas direcionadas aos motoristas e motociclistas:

Programa “Viva Motorista”: cuja principal finalidade é a educação para diminuir o número de acidentes na Rodovia. O foco central do programa é o Motorista, que recebe informações sobre regulamento e leis de trânsito e cuidados com a saúde.

Programa “Viva Motociclista”: Os motociclistas são orientados sobre conceitos de direção defensiva, participam de avaliações de saúde (exames de pressão arterial e índice de massa corpórea) e recebem gratuitamente revisão de alguns itens da motocicleta, podendo inclusive efetuar a troca da lanterna, quando necessário. Também são instalados adesivos refletivos que auxiliam no aumento da visibilidade noturna do veículo.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Autopista Planalto Sul

Grupo OHL

A campanha tem como principal objetivo a conscientização do motociclista sobre a necessidade de revisão periódica do veículo e a utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, como capacete e calçados fechados.

AGRADECIMENTOS

A Autopista Planalto Sul S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de empregados, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio Negro, 24 de março de 2011

Diretoria

Luis Manuel Euzébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto
Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuña Gómez
Conselheiro

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Felipe Ezquerro Plasencia
Conselheiro

Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima domiciliada no município de Rio Negro, no Estado do Paraná, Brasil, na Avenida Afonso Petschow, 4040, foi constituída em assembléia geral em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S/A (“OHL”) Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração da Rodovia BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado em 15 de fevereiro de 2008 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de taxa de fiscalização é de R\$1.846 na data base da concessão. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$46.143, conforme determinado no contrato de concessão.

A taxa de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante o prazo da concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.

Notas Explicativas

- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data de início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceira faixa.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de nove passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove postos de serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em dezembro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 dezembro de 2010, os montantes de R\$ 273.427 mil referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 395.060 mil referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimento que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº19.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$14.400 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto

Notas Explicativas

a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado

Notas Explicativas

de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Notas Explicativas

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes a Sociedade não optou pela adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010 e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as

Notas Explicativas

alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, conforme notas explicativas nº 9.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviços é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e Passivos objeto de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

Provisão para obras futuras: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos

Notas Explicativas

para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% a.a. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo Circulante:			
Provisão para manutenção nominal	-	-	-
Provisão para manutenção a valor presente	-	-	-
Efeito de ajuste a valor presente	-	-	-
Provisão para investimentos nominal	-	282	2.036
Provisão para investimentos a valor presente	-	275	1.966
Efeito de ajuste a valor presente	-	7	70
	-	-	-
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo Não Circulante:			
Provisão para manutenção nominal	7.716	3.085	-
Provisão para manutenção a valor presente	5.518	2.115	-
Efeito de ajuste a valor presente	2.198	970	-
Provisão para investimentos nominal	4.735	4.735	5.017
Provisão para investimentos a valor presente	4.394	4.186	4.246
Efeito de ajuste a valor presente	341	549	771
	-	-	-

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

Notas Explicativas

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 22.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08”, foi ratificado na versão revisada do CPC 43, aplicável somente para demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Notas ExplicativasEfeitos na adoção dos CPC no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldo originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	8.254	0	8.254
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	97	97
Imobilizado	81.870	(81.203)	667
Intangível	137	87.121	87.258
Diferido	<u>17.821</u>	-	<u>17.821</u>
Total dos ativos não circulantes	99.828	6.015	105.843
TOTAL DOS ATIVOS	<u>108.082</u>	<u>6.015</u>	<u>114.097</u>
	Saldos Originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	81	-	81
Fornecedores	14.614	-	14.614
Fornecedores - partes relacionadas	1.905	-	1.905
Obrigações sociais	634	-	634
Obrigações fiscais	1.149	-	1.149
Cauções contratuais	2.684	-	2.684
Provisão para Investimentos	-	1.966	1.966
Outras contas a pagar	<u>595</u>	-	<u>595</u>
Total dos passivos circulantes	<u>21.662</u>	<u>1.966</u>	<u>23.628</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	393	-	393
Transações com partes relacionadas	61.071	-	61.071
Provisão para manutenção	-	-	-
Provisão para investimentos	<u>-</u>	<u>4.246</u>	<u>4.246</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>61.464</u>	<u>4.246</u>	<u>65.710</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25.001	-	25.001
Prejuízos acumulados	<u>(45)</u>	<u>(197)</u>	<u>(242)</u>
Total do patrimônio líquido	24.956	(197)	24.759
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>108.082</u>	<u>6.015</u>	<u>114.097</u>

Notas ExplicativasEfeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de dezembro de 2009:

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	45.665	0	45.665
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	466	489
Imobilizado	136.961	(136.179)	782
Intangível	221	141.376	141.597
Diferido	<u>16.183</u>	-	<u>16.183</u>
Total dos ativos não circulantes	153.388	5.663	159.051
TOTAL DOS ATIVOS	<u>199.053</u>	<u>5.663</u>	<u>204.716</u>
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	1.502	-	1.502
Fornecedores	4.379	-	4.379
Transações com partes relacionadas	6.620	-	6.620
Obrigações sociais	1.542	-	1.542
Obrigações fiscais	1.434	-	1.434
Cauções contratuais	1.577	-	1.577
Provisão para Investimentos	-	275	275
Outras contas a pagar	<u>549</u>	-	<u>549</u>
Total dos passivos circulantes	17.603	275	17.878
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	96.752	-	96.752
Empréstimos de empresas ligadas	60.000	-	60.000
Provisão para manutenção	-	2.115	2.115
Provisão para investimentos	-	4.186	4.186
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	<u>68</u>	-	<u>68</u>
Total dos passivos não circulantes	156.820	6.301	163.121
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	25.001	-	25.001
Prejuízos acumulados	<u>(371)</u>	<u>(913)</u>	<u>(1.284)</u>
Total do patrimônio líquido	24.630	(913)	23.717
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>199.053</u>	<u>5.663</u>	<u>204.716</u>

Notas ExplicativasEfeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	24.630	24.956
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	1.549	28
Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita	(154)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(2.048)	-
Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(664)	(312)
Reversão de capitalização de juros	(62)	(10)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	<u>466</u>	<u>97</u>
Total dos ajustes	<u>(913)</u>	<u>(197)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos CPC	<u>23.717</u>	<u>24.759</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente <u>apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	Saldos <u>ajustados</u>
RECEITAS			
Receitas de serviços	60.854	-	60.854
Receitas de obras	<u>-</u>	<u>55.117</u>	<u>55.117</u>
	60.854	55.117	115.971
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(5.159)</u>	-	<u>(5.159)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.695	55.117	110.812
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(38.659)</u>	<u>(55.798)</u>	<u>(94.457)</u>
LUCRO BRUTO	17.036	(681)	16.355
Gerais e administrativas	<u>(6.184)</u>	-	<u>(6.184)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	10.852	(681)	10.551
Receitas financeiras	2.234	-	2.234
Despesas financeiras	(13.138)	(404)	(13.542)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(52)	(1.085)	(1.137)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	(297)	-	(297)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	23	369	392
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(326)	(716)	(1.042)

Notas ExplicativasEfeitos da adoção dos CPC na demonstração dos fluxos de caixa

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldos ajustados</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	13.317	-	13.317
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(65.412)	-	(65.412)
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	86.820	-	86.820

Notas sobre as reconciliações apresentadas anteriormente

- ICPC 01 e OCPC 05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação), a Sociedade adotou e utilizou, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as disposições da ICPC 01 emitida pelo CPC. Essa Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuindo os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

A aplicação retroativa foi adotada para o Contrato de Concessão da Sociedade.

Adicionalmente, o Contrato de Concessão da Sociedade está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e bancos	831	1.150	6.810
Aplicações financeiras (*)	<u>10.286</u>	<u>40.385</u>	-
	<u>11.117</u>	<u>41.535</u>	<u>6.810</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário	-	40.385
Fundos de investimentos	3.286	-
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	7.000	-
	<u>10.286</u>	<u>40.385</u>

Notas Explicativas**7. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Pedágio eletrônico a receber	2.264	1.546	64
Cartões de pedágio a receber	489	390	-
Outras	<u>201</u>	<u>11</u>	<u>-</u>
	<u>2.954</u>	<u>1.947</u>	<u>64</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2010, 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	208	162	161
Outras	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>208</u>	<u>163</u>	<u>162</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Diferenças temporárias:			
Bases do ativo diferido:			
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	239	68	-
Ajustes por mudança de práticas contábeis			
Mudança de critério da amortização de intangíveis	(4.012)	(1.549)	(28)
Amortização de intangível de obras futuras	325	154	-
Provisão para manutenção de rodovias	5.252	2.048	-
Resultado financeiro de AVP	1.079	664	312
Estorno de capitalização de juros	<u>66</u>	<u>52</u>	<u>-</u>
	<u>2.710</u>	<u>1.369</u>	<u>284</u>
Base de cálculo	<u>2.949</u>	<u>1.437</u>	<u>284</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito constituído - ativo não circulante	<u>1.003</u>	<u>489</u>	<u>97</u>

Notas Explicativas

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, e, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como segue:

<u>Exercício a findar-se em</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
2011	29	14	3
2012	30	15	3
2013	31	15	3
2014	33	16	3
Após 2014	<u>881</u>	<u>429</u>	<u>85</u>
	<u>1.003</u>	<u>489</u>	<u>97</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	44	576	186
IRRF sobre serviços de terceiros	3	2	4
Outros impostos a recuperar	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>49</u>	<u>578</u>	<u>191</u>

11. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis</u>	<u>Equipamento</u>	<u>Prédios e</u>	<u>Computadores</u>	<u>Imobilizado</u>	<u>Total</u>
	<u>Utensílios e</u>	<u>Mobiliário</u>	<u>benfeitorias</u>	<u>e periféricos</u>	<u>em</u>	
	<u>instalações</u>				<u>andamento</u>	
Custo do imobilizado:						
Saldo em 01.01.2009	231	152	65	267	0	715
Adições	46	112	9	88	0	255
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>(20)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>277</u>	<u>264</u>	<u>54</u>	<u>355</u>	<u>0</u>	<u>950</u>
Adições	22	34	28	16	91	191
Transferências	91	29	-	-	(91)	29
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>390</u>	<u>327</u>	<u>76</u>	<u>370</u>	<u>0</u>	<u>1.163</u>
Depreciação acumulada:						
Saldo em 01.01.2009	(11)	(5)	(4)	(28)	0	(48)
Depreciações	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>	<u>(4)</u>	<u>(66)</u>	<u>0</u>	<u>(120)</u>

Notas Explicativas

	Móveis Utensílios e instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31.12.2009	<u>(36)</u>	<u>(30)</u>	<u>(8)</u>	<u>(94)</u>	<u>0</u>	<u>(168)</u>
Depreciações	<u>(32)</u>	<u>(31)</u>	<u>(5)</u>	<u>(73)</u>	<u>0</u>	<u>(141)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(68)</u>	<u>(61)</u>	<u>(13)</u>	<u>(167)</u>	<u>0</u>	<u>(309)</u>
Imobilizado líquido:						
Saldo em 01.01.2009	<u>220</u>	<u>147</u>	<u>61</u>	<u>239</u>	<u>0</u>	<u>667</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>241</u>	<u>234</u>	<u>46</u>	<u>261</u>	<u>0</u>	<u>782</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>322</u>	<u>266</u>	<u>63</u>	<u>203</u>	<u>0</u>	<u>854</u>
Taxa de depreciação %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>		

12. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Licenças de software	Intangível em andamento	Total
Custo do intangível:				
Saldo em 01.01.2009	31.973	137	55.180	87.290
Adições	151	154	59.410	59.715
Transferências	103.539	-	(103.539)	-
Alienações/baixas	<u>(665)</u>	<u>-</u>	<u>(1.937)</u>	<u>(2.602)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>134.998</u>	<u>291</u>	<u>9.114</u>	<u>144.403</u>
Adições	44	10	67.253	67.307
Transferências	64.363	-	(64.392)	(29)
Alienações/baixas	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(23)</u>	<u>(39)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>199.389</u>	<u>301</u>	<u>11.952</u>	<u>211.642</u>
Amortização acumulada:				
Saldo em 01.01.2009	(14)	(18)	-	(32)
Amortização	<u>(2.722)</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>(2.774)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>(2.736)</u>	<u>(70)</u>	<u>-</u>	<u>(2.806)</u>
Amortização	<u>(4.669)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>(4.727)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(7.405)</u>	<u>(128)</u>	<u>-</u>	<u>(7.533)</u>
Intangível líquido:				
Saldo em 01.01.2009	<u>31.959</u>	<u>119</u>	<u>55.180</u>	<u>87.258</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>132.262</u>	<u>221</u>	<u>9.114</u>	<u>141.597</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>191.984</u>	<u>173</u>	<u>11.952</u>	<u>204.109</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizadas na rodovia, tais como pavimentação, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de

Notas Explicativas

arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizadas com base na curva de tráfego projetado.

13. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal	3.544	3.544	3.544
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246	3.246
Depreciação/Amortização	67	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153	4.153
Materiais e serviços de terceiros	5.176	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)	(869)
Outros gastos	1.308	1.308	1.308
Amortização acumulada	<u>(3.432)</u>	<u>(1.649)</u>	<u>(11)</u>
	<u>14.400</u>	<u>16.183</u>	<u>17.821</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até 19 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo Circulante				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a 3,9% a.a.	1.248	770	81
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>97.455</u>	<u>732</u>	<u>-</u>
		<u>98.703</u>	<u>1.502</u>	<u>81</u>
Passivo não circulante				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (a)	TJLP + 2,6% a 3,9 a.a.	935	2.224	393
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>-</u>	<u>94.528</u>	<u>-</u>
		<u>935</u>	<u>96.752</u>	<u>393</u>

(a) Refere-se a contratos para a compra de grupos de geradores, caixas d' água, sistema de arrecadação de pedágio e quadros de distribuição de força e luz. Como garantia desses

Notas Explicativas

empréstimos e financiamentos está a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos e materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas de modo a evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não se constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração, ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.

Notas Explicativas

- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo junto ao BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

15. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$5.747 (R\$4.379 em 31 de dezembro de 2009 e R\$14.614 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	1	212	-
Contribuição social	32	85	-
IRRF	152	116	134
PIS	44	39	2
COFINS	204	182	10
Tributos federais retidos	298	344	588
Tributos municipais retidos	<u>621</u>	<u>456</u>	<u>415</u>
	<u>1.352</u>	<u>1.434</u>	<u>1.149</u>

17. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$2.360, R\$1.577 e R\$2.684.

Notas Explicativas**18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ativo Circulante			
Transações com Partes Relacionadas			
Concessionária de Rodovia do Interior Paulista	<u>101</u>	=	=
Passivo circulante:			
Transações com Partes Relacionadas			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	<u>9.753</u>	<u>3.875</u>	<u>-</u>
Fornecedores com Partes Relacionadas:			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.028	836	820
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	1.012	301	295
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.106	1.233	790
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	<u>778</u>	<u>375</u>	<u>-</u>
	<u>15.677</u>	<u>6.620</u>	<u>1.905</u>
Passivo Não Circulante:			
Transações com Partes Relacionadas			
Mútuos - Obrascon Huarte Lain S.A. (a)	<u>60.000</u>	<u>60.000</u>	<u>61.071</u>

(a) Representa mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor		
				<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
04.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	3.000	3.488	3.194	3.118
12.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.163	1.064	1.037
25.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	1.000	1.163	1.064	1.032
29.09.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.300	8.517	8.251
06.10.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.813	5.323	5.145
27.10.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	15.113	13.840	13.283
27.11.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	13.000	15.113	13.840	13.145
19.12.2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>16.000</u>	<u>18.600</u>	<u>17.033</u>	<u>16.060</u>
			<u>60.000</u>	<u>69.753</u>	<u>63.875</u>	<u>61.071</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

(b) Referem-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL").

Notas Explicativas

- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade pagou os montantes de R\$587 e R\$519, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são de R\$471 e R\$375, respectivamente. As metas são como seguem:

- (i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

- (ii) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

19. PROVISÕES

19.1. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é envolvida em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindo do curso normal de suas operações, classificados como risco possível por seus advogados, para os quais ainda não foram constituídas provisões para riscos. Tais processos representam os montantes de R\$60 e, R\$113, respectivamente em 31 de dezembro de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

A movimentação do saldo das provisões para riscos cíveis e trabalhistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>31.12.2009</u> (Constituição)	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	68	132	(61)	20	3	122
Trabalhistas		117				117
	<u>68</u>	<u>249</u>	<u>(61)</u>	<u>20</u>	<u>3</u>	<u>239</u>

19.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente com base na melhor estimativa de gasto a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que a provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e a manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos na notas explicativas n°s 3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1° de janeiro de 2009 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	
	<u>Investimentos em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldo em 01.01.2009	1.966	-	4.246
Adições	-	2.115	282
Utilizações	(2.035)	-	-
Transferências	<u>344</u>	<u>-</u>	<u>(344)</u>
Saldo em 31.12.2009	275	2.115	4.186
Adições	-	3.403	214
Utilizações	(281)	-	-
Transferências	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>-</u>	<u>5.518</u>	<u>4.394</u>

20. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$173, R\$166 e R\$153, nas datas de 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro e 1° de janeiro de 2009, referem-se às despesas com taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa n° 2). O valor anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio

Notas Explicativas**21. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Adiantamentos de seguros	2.030	-	-
Seguros a pagar	12	1	1
Verba Reparelhamento Polícia Rodoviária Federal	214	353	431
Aluguéis	3	3	3
Outras contas a pagar	<u>39</u>	<u>26</u>	<u>7</u>
	<u>2.298</u>	<u>383</u>	<u>442</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**22.1. Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$35.001 (em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 era de R\$25.001) e está representado por 35.001.003 ações ordinárias sem valor nominal (em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 eram 25.001.003). O capital social da sociedade é composto conforme demonstrado a seguir:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação %</u>	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	35.001.000	99,99999	25.001.000	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00001</u>	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
	<u>35.001.003</u>	<u>100,00</u>	<u>25.001.003</u>	<u>100,00</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral de acionistas.

a) Reservas de lucros e distribuição de dividendos**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários, em 31 de dezembro de 2010, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	2.639
Absorção de prejuízos acumulados	<u>(1.284)</u>
	1.355
Reserva Legal - 5%	<u>(68)</u>
Base de distribuição	1.287
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
	<u>322</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício, no montante de R\$965 mil, foi transferido para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na nota explicativa nº2.

23. RECEITA

Está representada por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	77.603	60.854
Receita de serviços de construção	<u>66.380</u>	<u>55.117</u>
	<u>143.983</u>	<u>115.971</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados do exercício:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita Bruta	143.983	115.971
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(985)	-
ISSQN	(3.831)	(2.938)
PIS	(498)	(395)
COFINS	<u>(2.299)</u>	<u>(1.826)</u>
Receita líquida	<u>136.370</u>	<u>110.812</u>

Notas Explicativas**24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estão representados por:

<u>Custos</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com Pessoal	(4.415)	(4.523)
Serviços de terceiros	(15.997)	(14.453)
Depreciações / Amortizações	(5.994)	(3.900)
Manutenção e conservação	(8.528)	(9.157)
Custo de obras	(66.380)	(55.117)
Custo de manutenção	(3.204)	(2.048)
Transporte	(1.020)	(972)
Taxa de fiscalização	(2.079)	(1.923)
Outros	<u>(3.124)</u>	<u>(2.364)</u>
	<u>(110.741)</u>	<u>(94.457)</u>
<u>Despesas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com Pessoal	(3.109)	(2.621)
Serviços de terceiros	(1.273)	(889)
Depreciação / Amortização	(657)	(632)
Manutenção / Conservação	(55)	(38)
Consumo	(46)	(50)
Tributárias	(54)	(18)
Transporte	(218)	(189)
Outras	<u>(1.077)</u>	<u>(1.228)</u>
	<u>(6.489)</u>	<u>(5.665)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos		
Aplicações financeiras	2.102	2.224
Outras receitas	<u>24</u>	<u>10</u>
	<u>2.126</u>	<u>2.234</u>
Despesas financeiras:		
Encargos sobre mútuo - juros e variação monetária	(6.404)	(5.075)
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(8.162)	(6.590)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	<u>(407)</u>	<u>(352)</u>
Outras despesas	<u>(1.621)</u>	<u>(1.525)</u>
	<u>(16.594)</u>	<u>(13.542)</u>

Notas Explicativas**26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	4.085	(1.137)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.388)	387
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>(58)</u>	<u>(292)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(1.446)</u>	<u>95</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(1.957)	(297)
Diferidos	511	392

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Aquisição de Intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, fornecedores partes relacionadas, cauções contratuais e outras contas a pagar.	11.215	5.967

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

28.2. Exposição a riscos cambiais

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,5%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,50%	9,0%
Juros a incorrer (*)	19.327	21.280	23.227

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

28.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$2.264 (R\$1.546 em 31 de dezembro de 2009 e R\$64 em 1º de janeiro de 2009), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

28.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Notas Explicativas

<u>Modalidades de Empréstimos</u>	Média ponderada % a.a.	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Finame - Principal		1.351	757	115
Finame - Juros	2,68	<u>150</u>	<u>34</u>	<u>4</u>
		1.501	791	119
BNDES Ponte – Principal		96.465	-	-
BNDES Ponte – Juros	2,87	<u>2.801</u>	=	=
		99.266		

28.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos

30. GARANTIAS E SEGUROS

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Notas Explicativas

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
	Riscos de Engenharia	26.090
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	38.641

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 08 de fevereiro de 2011, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES aprovou a concessão de colaboração financeira no valor de R\$331.344. O montante aprovado será utilizado para quitação do “empréstimo-ponte” (R\$96.465) que foi destinado, conforme contrato, para execução de serviços iniciais de recuperação da rodovia e despesas pré-operacionais. O saldo remanescente a ser liberado, será utilizado na recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, visando à exploração do Lote Rodoviário 02 (BR 116/PR/SC), referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público, celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a Sociedade.

No dia 25 de fevereiro de 2011 houve um aporte de capital através da capitalização dos créditos que a controladora “Obrascon Huarte Lain Brasil S.A”. detém na Sociedade no valor de R\$27.144.293,97 mediante a emissão de 61.380.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Sociedade passou para R\$62.145.296,97.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



QUEM SOMOS

A **Autopista Planalto Sul**, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 412,7 quilômetros da rodovia BR-116, fazendo a ligação da capital paranaense à divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 1,9 bilhão durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação da rodovia.

A OHL Brasil S.A. é maior Companhia do setor de concessões de rodovias no Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 Km em operação. Através de suas nove concessionárias, a OHL Brasil administra rodovias localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Regis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A OHL Brasil S.A. é uma empresa brasileira controlada pela OHL Concesiones, sociedade espanhola que desenvolve suas atividades na área de promoção de infra-estrutura, incluindo a seleção de projetos, participação em licitações, financiamento, construção e operação dos mesmos. Atualmente, a OHL Concesiones, além de ser acionista majoritária da OHL Brasil, administra diversas sociedades concessionárias de rodovias na Espanha, Chile, México e Argentina. A OHL Concesiones é subsidiária integral do grupo espanhol OHL, um dos líderes dos setores de construção e concessão na Espanha.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa no. 4, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Planalto Sul S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 24 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Walter Dalsasso
Contador
CRC n.º 1 SP 077516/O-9 S/PR

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio Negro, 24 de março de 2011

Diretoria

Luis Manuel Euzébio Iñigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Arthur de Vasconcellos Netto
Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuña Gómez
Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/ 03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.